

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO LUIS RAKSSA

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.

CURITIBA
2013

MARCELO LUIS RAKSSA

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES.

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof^a Dra Gláucia da Silva Brito
Co-orientadora: Prof^a. Nathália Savione Machado

CURITIBA
2013

Dedico esta monografia a quem permitiu a
realização dos cursos de graduação e
pós-graduação, o povo brasileiro, em
instituição de ensino superior pública,
gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos os que, de alguma forma, colaboraram, direta ou indiretamente, com a minha formação durante estes anos de estudo e pesquisa:

Aos professores que ministraram disciplinas, orientaram e/ou se constituíram como exemplo. Destaco o nome da Esp. Nathália Savione Machado pelo investimento e confiança em seus co-orientandos, e da professora Dra Glaucia da Silva Brito pela receptividade;

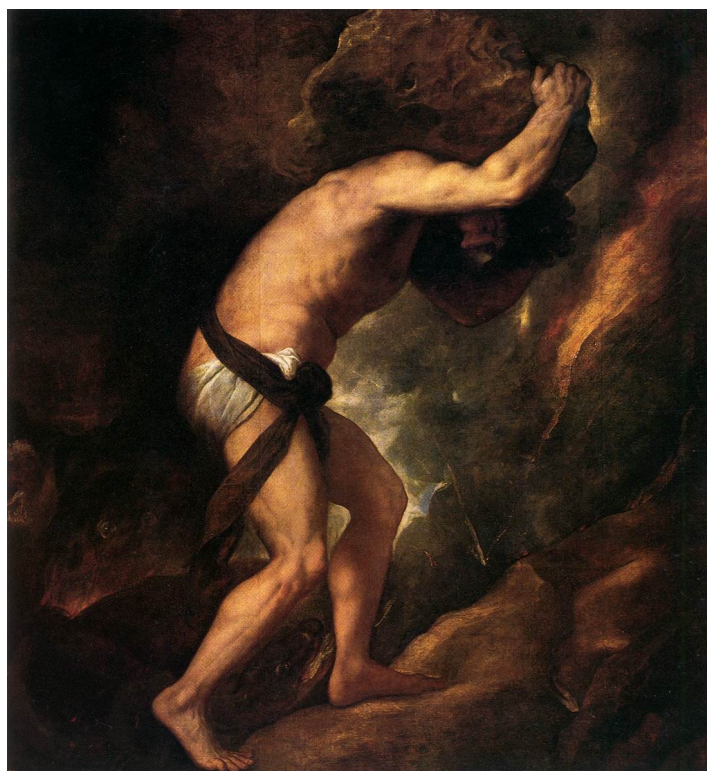
Aos bravos servidores da Universidade Federal do Paraná, por serem, ao mesmo tempo, esqueleto que sustenta esta instituição e coração que pulsa a vida;

Aos amigos que caminharam junto a mim;

Aos familiares;

À Kalina Salaib Springer, pela dedicação e companheirismo.

À Providência Divina e seus instrumentos, pela qual todos nós Somos.



Sisyphus, de Ticiano Vecellio (1490–1576)
Data entre 1548 e 1549
Museu do Prado
Técnica: Óleo sobre tela
Dimensões Altura: 237 cm. Largura: 216 cm.

RAKSSA, Marcelo Luis, **A Educação à Distância e a formação inicial de professores**. Monografia de especialização, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância, UFPR, 2013

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a utilização da Educação a Distância para a formação inicial de professores. A principal base de informações é a pesquisa bibliográfica nas publicações científicas, principalmente as já vinculadas nas publicações online. Dentro do material pesquisado, quatro pontos ganharam evidência: a Educação à Distância perante suas especificidades epistemológicas, técnicas e pragmáticas, a Educação à Distância associada à precarização do processo educacional, a Educação à Distância enquanto foco de políticas públicas e crescimento da iniciativa privada e a relação direta entre a Educação à Distância e a formação inicial de licenciados do Brasil. A seleção das publicações utilizadas para compor o conjunto desta revisão bibliográfica ocorreu nos bancos de dados disponíveis na internet. Esta forma de seleção e acesso aos materiais bibliográficos se embasam no fato das principais publicações estarem já publicadas na rede internacional de computadores, exigindo a seleção dentre as publicações com embasamento científico das publicações sobre o tema que não possuem tal pré-requisito. Para o acesso, utilizou-se o buscador Google Acadêmico. Com esta pesquisa conclui-se que os desafios educacional brasileiros inserem-se em um cenário complexo, e que a inserção da Educação a Distância é motivada pelas grandes alterações tecnológicas vividas nas últimas décadas. A necessidade de ampliação na formação de professores para a Educação de nível Básico no Brasil tem nas propostas de Educação à Distância um aliado, pois a grande quantidade de docentes do Ensino Básico que encontram-se trabalhando em sala de aula e que não possuem a formação acadêmica hora exigida estão nos locais em que o ensino universitário presencial possui dificuldades em chegar. Os desafios da qualidade das propostas de cursos superiores em EaD é questão de primeira importância, pois na discussão da qualidade do ensino, embora não tenhamos pesquisas que apontem de forma convincente a superioridade de uma das modalidades sobre a outra (presencial e à distância), temos a necessidade de colocar para a Educação a Distância a necessidade de profundas e permanentes análises sobre a qualidade do ensino oferecido.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação à distância.

RAKSSA, Marcelo Luis, **The distance education mode and initial training of teachers**. Monograph of expertise, Coordination of Policy Integration of Distance Education, UFPR, 2013

ABSTRACT

This research theme is the use of distance education for teacher training. The main base is the bibliographic information in scientific publications, especially those already linked publications online. Within the researched material, evidence gained four points: the Distance Education towards their specific epistemological, technical, pragmatic Distance Education precariousness associated with the educational process, the Distance Education as the focus of public policy and private sector growth and the relationship directly between the Distance Education and initial training of graduates in Brazil. The selection of the publications used to compose the whole of this literature review occurred in the databases available on the internet. This form of selection and access to bibliographic materials is in fact underlie the major publications are already published in international network of computers, requiring selection among publications with a scientific publications on the subject that have no such prerequisite. To access, we used the search engine Google Scholar. This research concludes that the Brazilian educational challenges fall into a complex scenario, and that the insertion of Distance Education is motivated by the great technological changes of recent decades. The need to expand the training of teachers for the Basic Education level in Brazil has proposed in Distance Education an ally, because the large amount of Basic Education teachers who are working in the classroom and do not have the training academic hours are required in places where the university classroom has difficulty reaching. The challenges of the quality of the proposed university courses in distance education is an issue of prime importance because the discussion of the quality of teaching, although no studies that show convincingly the superiority of one procedure over another (classroom and distance) we need to put distance education the need for profound and permanent analysis of the quality of education offered.

Key-words: Teacher training. Distance education.

LISTA DE SIGLAS

ABEAS	Associação Brasileira de Tecnologia de Educação Agrícola Superior
CETEB	Centro Técnico de Brasília
CIPEAD	Coordenadoria de Integração de Políticas e Educação a Distância da UFPR
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONSED	Conselho dos Secretários Estaduais de Educação
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FUBRAE	Fundação Brasileira de Educação
FUNTEVE	Fundação Nacional de TV Educativa
IBAM	Instituto de Administração Municipal
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
IRENA	Sistema Rádio-Educativo Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
PAF/TV	Programa de Alfabetização Funcional
PRONTEL	Programa Nacional de Teleducação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SERTRE	Serviço de Rádio e Televisão Educativos

SESC	Serviço Social do Comércio
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Mato Grosso
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNED	Universidade Nacional de Educação a Distância
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	2
2.1. A construção histórica da Educação à Distância.....	2
2.2. Legislação Brasileira referente à Educação à Distância.....	11
2.3. Concepções em Educação à Distância.....	13
2.4. A Educação à Distância na Universidade Federal do Paraná.....	15
3. PASSOS METODOLÓGICOS.....	18
4. ASPECTOS ATUAIS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE À DISTÂNCIA.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33

1. INTRODUÇÃO

A Educação à Distância (EaD) é a modalidade em expansão no Brasil, incentivado pelo crescimento de recursos tecnológicos atuais e a maior capacidade da população em geral de adquirir os produtos que permitam este acesso à informações. Concomitante à esta ampliação, a necessidade de ampliação na formação de professores para o Ensino Básico brasileiro ocorre principalmente nas áreas mais distantes dos grandes centros, onde o ensino superior presencial é mais presente, embora nem nestes centros este consiga oferecer a formação para a totalidade/maioria da população interessada na formação.

A presente pesquisa possui como objetivo geral refletir sobre a relação entre a formação de professores no Brasil e a ampliação da Educação à Distância no Brasil.

Para este objetivo ser alcançado temos que alcançar objetivos específicos, que nesta pesquisa são compilar a produção acadêmica publicada sobre a Educação a Distância e a Formação de professores; identificar os principais pontos de discussão, bom como o posicionamento dos autores sobre estes temas, e compilar estas propostas para a apresentação no texto da monografia.

A Educação a Distância é entendida nesta pesquisa como em contínuo desenvolvimento, motivado também pelas reconfigurações da Educação e das Tecnologias de acesso às informações que apresentam-se hoje, e por isso temos da EaD uma multiplicidade de possibilidades de entendimento e conceituação. Apoiados principalmente por Moran (2002), Dohmem (1967), Peters (1973), Moore (1973) e Holberg (1977) *apud* Veiga *et al*, (1998) , trazemos o entendimento de que a Educação a Distância envolve processos de ensino e de aprendizagem, que são conscientemente estruturados para

possibilitar a prática educacional sem a presença física dos docentes e discentes em um mesmo local e/ou momento. Para este feito, são utilizadas tecnologias de informação e comunicação que superam a distância física e a assincronia entre os participantes, levando a esta distância a possibilidade de um processo educacional real e profundo.

A presente pesquisa estrutura-se em quatro grandes capítulos. No primeiro, os assuntos gerais são introduzidos, perante o seu objeto, seus objetivos, bem como a própria metodologia utilizada.

O segundo capítulo embasa a investigação sobre os temas da construção histórica e conceitual da Educação a Distância, a legislação brasileira referente à EaD, às concepções principais envolvendo a Educação à Distância e à própria Educação à Distância na Universidade Federal do Paraná.

O terceiro capítulo explana sobre os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, explicitando, entre outros aspectos, os critérios para a seleção e adoção de bibliografia à ser utilizada nesta pesquisa.

No quarto capítulo temos a exposição dos resultados sobre os aspectos atuais da formação de professores nas licenciaturas na modalidade à distância. São explicitados os grandes temas encontrados nas bibliografias consultadas, sendo expostos também os principais posicionamentos, embora tenhamos claro, mesmo antes da pesquisa, e reforçado pelos textos analisados, que não temos consenso sobre diversos dos temas referentes à Educação à Distância, à formação de professores, bem como os aspectos de enlace destas duas grandes áreas.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

2.1. A construção histórica da Educação à Distância

A educação a distância atual é resultante na construção histórica de diferentes iniciativas que levaram ao repensar da própria educação e as possibilidades de implantação de um modelo expansionista aos saberes e/ou aos cursos tradicionalmente oferecidos na modalidade presencial. Movida pela necessidade específica de cada uma das épocas e contexto geográfico, estas experiências formam um conjunto que nos possibilitam produzir o planejamento da educação a distância que fazemos e projetamos para o futuro.

A compilação de informações quanto aos momentos históricos da Educação a distância apresentada aqui baseou-se, principalmente, nos trabalhos de Saraiva (1996), Possolli (2009), Oliveira (2006), Barreto (s.d.) e Danski e Maftum (2009).

A variação de conceitos de Educação, e propriamente de Educação a Distância, provocam uma variação no momento considerado como o de surgimento da Educação a Distância. Perante a bibliografia sobre o tema utilizada para a construção deste capítulo, os diversos momentos apontados pelos autores selecionados serão apontados aqui de forma cronológica, mesmo quando o marco histórico seja apontado por apenas um dos autores selecionados.

A época da Antiguidade (acrescenta-se aqui o detalhe do momento citado ser a Antiguidade Clássica, excluindo os períodos históricos anteriores) contou com escritos que podem ser considerados como uma forma inicial de Educação a Distância. Dentre os Gregos e Romanos da Antiguidade Clássica, as cartas escritas pelos Filósofos aos seus discípulos que se encontravam distantes, bem como as Cartas dos Apóstolos da região do Oriente Médio, na

Ásia Ocidental, poderiam ser consideradas como o início da proposta de repassar conhecimento/formação de forma não presencial.

Na Idade Moderna, mais precisamente no dia 20 de Março de 1728, o anúncio de um curso em um jornal da cidade de Boston, nos Estados Unidos, é considerado por muitos estudiosos atuais como a primeira proposta de um curso oferecido na modalidade a distância. A Gazeta de Boston vinculou o anúncio do curso de Taquigrafia¹ do professor Cauleb Philips, à ser realizado por correspondência.

Já no século XIX, já na Idade Contemporânea, a institucionalização da Educação a Distância ocorreu por meio da criação de escolas que forneciam a possibilidade de estudar línguas estrangeiras, Contabilidade ou ainda cursar iniciativas de extensão universitária. Estas iniciativas foram desenvolvidas na Suécia, com curso de contabilidade no ano de 1833, da Inglaterra pela Phonographic Corresponding Society, em 1843, e na Alemanha, no ano de 1856, com o Instituto de Línguas por Correspondência, criado pelos professores Charles Toussaint e Gustav Langerncheidt

No Canadá, foi realizada a Primeira Conferência Internacional sobre Educação a Distância por Correspondência, no ano de 1938, na cidade de Victória. Na França, durante o ano de 1939, criou-se o Centro Nacional de Ensino a Distância.

Dentro do nível universitário, a primeira universidade a adotar a modalidade a distância foi a 'The Open University', criada na Inglaterra no ano de 1969. Após esta proposta inicial, na década seguinte diversos países apoiaram-se na concepção das universidades abertas para as suas necessidades de formação e ampliação do ensino universitário. Surgem a Universidade Nacional Autônoma do México (1972), a Universidade Nacional de Educação a Distância – UNED (1972), a Universidade da África do Sul (1973), a Illinois Weeleyan University, nos Estados Unidos da América (1974),

¹ Método de escrita abreviada. Por apresentar natureza técnica, configurou como conteúdo próprio para ser oferecido na modalidade a distância na época, com o envio de material e o retorno do material por correio.

a Universidade Aberta Allma Iqbal, no Paquistão (1974), a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica (1977), a Universidade Nacional Aberta da Venezuela (1977), a Universidade Aberta do Sri Lanka (1980), a Universidade Aberta Sukhothai Thommathirat, na Tailândia (1980), a Universidade Nacional Aberta da Coreia, na Coreia do Sul (1982), a Universidade Anadolu, na Turquia (1982), a Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia (1983), a Universidade de Terbuka, na Indonésia (1984) a Universidade Aberta Indira Gandhi, na Índia (1985) e na Austrália, ainda na década de 1980, a Austrália passa a mesclar em suas universidades cursos na modalidade presenciais com cursos desenvolvidos a distância. Destacam-se nesta proposta as Universidades de Queensland, de New England, de Macquary, de Murdoch e de Deakin. O destaque fica com a composição dos alunos destas universidades, que em poucos anos se tornam a metade ou ainda a maioria dos alunos destas universidades.

Dentre as universidades citadas, percebe-se grande quantidade de propostas dentre países asiáticos, mais precisamente dentre os chamados Tigres Asiáticos, que se destacaram pelo investimento na formação educacional de sua população visando fornecer melhores condições para a chegada de empresas multinacionais em seus territórios. Também foi o objetivo de muitas destas universidades a formação de professores, com a intenção de ampliar (e em alguns casos até universalizar) o ensino básico.

No Brasil, as propostas iniciais de educação a distância foram identificadas dentre os cursos de idiomas por correspondência ofertados por escolas internacionais no iniciados no ano de 1904.

Na década de 1920, surge no Rio de Janeiro (na época capital brasileira) a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, surgida entre os integrantes da Academia Brasileira de Ciências. Dentre estes estava o antropólogo Edgard Roquete-Pinto. Eram oferecidos cursos de idioma e outros profissionalizantes de caráter técnico e comercial. Posteriormente, já na década de 1930, oferecia-se via rádio (Programa Rádio-Escola Municipal)

programas para o público infantil, bem como conteúdo para formação de professores.

Na década de 1930 destaca-se também o fato da Marinha do Brasil construir a iniciativa de ofertar cursos por correspondência.

Em 1939 é fundado em São Paulo o Instituto Universal Brasileiro. Este instituto oferece até os dias atuais diversos cursos na área técnica, constituindo-se em um dos maiores (senão o maior) exemplo de educação a distância no Brasil no que se refere ao conhecimento da população brasileira em geral, principalmente pela vinculação de suas peças publicitárias nas revistas de maior circulação no Brasil. Ainda em 1939, é fundado o Instituto Monitor, também com proposta de oferta de cursos técnicos comerciais e industriais.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas criam a 'Universidade do Ar', com o intuito de treinar comerciantes e empregados em técnicas comerciais, utilizando cursos radiofônicos. Apesar do termo 'Universidade' em seu nome, destaca-se que não se tratava de uma instituição de ensino de 3º. Grau.

Destaca-se aqui o ano de 1950 como marco das telecomunicações no Brasil devido ao surgimento da televisão no país. Mesmo que não tenhamos, neste ano, nenhuma proposta de vínculo da educação a distância com esta nova mídia, esta plataforma servirá para propostas futuras de ensino a distância.

Dentro da década de 1950 outras propostas surgem com a utilização da educação a distância. Ocorre no ano de 1954 o surgimento da Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE) e o Centro Técnico de Brasília (CETEB). Já em 1957, surge o Sistema Rádio-Educativo Nacional (IRENA).

Na década de 1960 surge o Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica, patrocinado pelo Governo Federal.

No período de 1961 a 1965 são produzidos e vinculados pela TV Rio programas de alfabetização para o público adulto. Associado a este veículo

ainda eram oferecidos conteúdos para aperfeiçoamento de professores de nível primário.

Em 1964, ano do início do Governo Militar Brasileiro, caracterizado, dentre outros aspectos, pelo maior controle dos meios de comunicação e do sistema de ensino, o Ministério da Educação obtém a reserva de 98 canais, cedida pelo Conselho Nacional de Telecomunicação.

Durante o ano de 1965 surgem diversas iniciativas de programas de educação a distância, como o Serviço de Rádio e Televisão Educativos (SERTRE), constituído em convênio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), bem como o surgimento da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa.

O ano de 1967 marca o surgimento da Fundação Padre Landell de Moura, no Rio Grande do Sul, da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo e do Instituto de Administração Municipal (IBAM) no Rio de Janeiro.

Em 1969 temos a criação da TV Cultura, em São Paulo, que ofertou telecursos de Ensino Regular. Neste mesmo ano surge o Projeto SACI, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), oferecendo material impresso e programas de rádio e TV. Voltado para os alunos das séries iniciais (complementação para séries regulares de primeiro grau) e a formação inicial e continuada de professores.

A regulamentação de utilização gratuita de rádios para fins educativos pelos Ministérios das Comunicações e da Educação e Cultura ocorre em 1970.

Neste mesmo ano é implantado o Projeto Minerva, de abrangência nacional, realizado pela Fundação Landell de Moura, do Rio Grande do Sul, e a Fundação Padre Anchieta de São Paulo. Participaram também desta iniciativa a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a Agência Nacional.

Em 1972 surgiu o Programa Nacional de Telecomunicações (PRONTEL), associado à Secretaria Geral do Ministério da Educação e

Cultura, para construir uma política nacional para o setor. Neste mesmo ano temos a proposta de Newton Sicupira para a educação a distância no ensino superior, após viagem de pesquisa e observação do sistema educacional a distância da Inglaterra.

Dentre os anos de 1972 e 1974, tivemos os trabalhos do grupo tarefa (instituídos pela Portaria Ministerial nº. 96, de 5 de Março de 1974), com o intuito de investigar diretrizes e bases para a proposta da Universidade Aberta do Brasil.

Lançado em 1973, o Plano Nacional de Tecnologias Educacionais, para coordenar, integrar e desenvolver as tecnologias educacionais por meio dos meios de comunicação na Educação a distância.

O Programa de Educação a Distância da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, para os professores de Ciências do 1º grau é lançado em 1975.

A década de 1970 é marcada também pelas propostas do Programa de Educação Supletiva da Fundação Roberto Marinho, do Projeto Acesso da Petrobrás, do Projeto LOGOS do Ministério da Educação e Cultura, do projeto do Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, do projeto do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB) e do Serviço Nacional da Indústria (SENAI).

Em 1978 tem-se o lançamento, pela Fundação Roberto Marinho, do Telecurso de 2º Grau. Em 1979 tivemos a vinculação do Projeto Conquista, que produzia novelas para Ensino Supletivo e alfabetização de adultos, bem como o do Programa de Alfabetização Funcional (PAF/TV) que objetivou a alfabetização de adultos. Em 1980 foi criada a Universidade Aberta, com cursos de extensão de seis meses de duração.

Na década de 1980 surgiram várias iniciativas, como o Programa de Ensino a distância da Universidade de Brasília, o Programa de pós-graduação elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) e pela Associação Brasileira de Tecnologia de Educação Agrícola Superior (ABEAS), e o Programa da Universidade Aberta do Nordeste, criado pela Fundação Demócrito Rocha.

Já no ano de 1981 surge o Telecurso de 1º Grau, pela Fundação Roberto Marinho. Em 1985, tivemos o surgimento do Projeto LOGOS, de abrangência nacional, o Projeto Crescer, desenvolvido em Goiás, e o surgimento do Novo Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Roberto Marinho, além da Fundação Nacional de TV Educativa (FUNTEVE), no Mato Grosso do Sul. Esta última gerou sérios problemas, pois não forneceu a titulação prometida e acabou por cair em descrédito.

O final da década de 1980 marca novas iniciativas do Ministério da Educação na direção da utilização da Educação a distância no Brasil. Dentre estes estão o surgimento do Grupo de Trabalho que elabora a Proposta de Política Nacional de Educação a Distância (instituída pela Portaria Ministerial nº. 511, de 27 de Setembro de 1988) e a Criação da Coordenadoria de Educação a Distância no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP).

No ano de 1991 surge o Programa 'Um Salto para o Futuro', criado pelo conjunto formado pela Fundação Roquete-Pinto, Secretaria de Educação Básica e de Secretarias Estaduais de Educação, para atualização de professores em serviço. Neste mesmo ano o Ministério da Educação lança o Projeto Piloto de Utilização do Satélite na Educação.

Em 1993 tivemos a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), firmando cooperação com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

No ano de 1994 surge o Telecurso 2000, 1º e 2º Graus, pela Fundação Roberto Marinho.

No ano de 1995 ocorre na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), por meio de seu núcleo de Educação Aberta e a distância, a primeira iniciativa de um curso de graduação na modalidade a distância, o curso de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª série do 1º grau. Para a realização deste curso contou-se com a parceria da UFMT com a

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), o Governo do Estado de Mato Grosso, com diversas Prefeituras Municipais e com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Mato Grosso (SINTEP).

Já no ano de 1996 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) insere a vídeo conferência na pós graduação, com aulas ao vivo.

Em 1997 temos o surgimento do Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, com a proposta de vincular em sua programação diversos programas associados a educação formal e informal.

No ano de 1998 temos a implantação dos cursos de Pedagogia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ainda no ano de 1998, são sancionado o Decreto nº. 2.494 (2 de Fevereiro de 1998), que estabelece os parâmetros da Educação a distância, e a Portaria nº. 301 do Ministério da Educação (7 de Abril de 1998), que normatiza os procedimentos de credenciamento das instituições que buscam oferecer cursos de graduação e educação profissional.

O ano de 1999 é marcado pelo crescimento no número de instituições de Ensino Superior que ofertam cursos a distância. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) lança programas na modalidade a distância para capacitação de grandes contingentes.

Atualmente, a facilidade de acesso as mídias pela maioria da população, associado a necessidade de qualificação da população faz com que as iniciativas de educação a distância surjam com grande intensidade, e em números amplos.

2.2. Legislação Brasileira referente à Educação à Distância

As várias esferas da vida cotidiana são acompanhadas pelo desenvolvimentos de leis e regulamentações. O desenvolvimento da

Educação a Distância no Brasil passou, da mesma forma, de uma história legislativa desenvolvida em paralelo de sua construção acadêmica. Para a regulamentação da EaD, atualmente vigoram diversas leis, decretos e portarias.

A Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como LDB. O artigo 80 da LDB prevê:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996, p. 28)

O Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Este documento conceitua a EaD enquanto:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e

comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p. 8)

O Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

O Decreto n.º. 5.800, de 8 de junho de 2006, que oficializa a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Decreto n.º. 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Além dos já citados textos legais, relaciona-se com a Educação a Distância a Portarias Normativas n.º. 1, de 10 de janeiro de 2007, a Portaria normativa n.º. 2, de 10 de janeiro de 2007, a Portaria normativa n.º. 40, de 13 de dezembro de 2007 e a Portaria normativa n.º. 10, de 02 julho de 2009.

2.3. Concepções em Educação à Distância

O trabalho acadêmico possui como uma das necessidades a fundamentação dos conceitos utilizados, pois as possibilidades de compreensão de um mesmo fato/elemento pode ser amplo, permeado de diferentes níveis de intencionalidades. A aplicação da concepção adotada de ciência e de aplicação desta deve ser consciente das premissas de seu embasamento teórico. Considerando estes fatos, entendemos que a educação a distância possui uma construção epistemológica que demonstra a

variabilidade de compreensões de aplicação da ciência e da própria caminhada pedagógica.

Diferentes autores apresentam diferentes propostas na própria classificação das gerações da EaD. Para Aretio (2001) temos três gerações de Ensino a Distância, que seriam o ensino por correspondência inicialmente, o ensino multimídia como segundo momento e o ensino telemático como o último e atual. Já para Moore e Kearsley (2007), a EaD se apresenta com cinco gerações: os estudos por correspondência, as transmissões radiofônicas e televisivas, uma fase que envolve abordagem sistêmica, outra que se relaciona ao surgimento da Universidade Aberta em diversos países, e uma última que apresenta como características principais a teleconferência e aulas virtuais baseadas no computador e na internet.

O conceito inicial de educação a distância demonstra esta variabilidade de entendimentos:

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. (MORAN, 2002, p. 3)

Veiga *et. al.* (1998), compila outras propostas de conceituação de educação a distância:

educação à distância (Ferstudium) é uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado, e seu acompanhamento e supervisão é feito por um grupo de professores, utilizando-se meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias. O oposto de EaD é a “educação face-a-face”, com contato direto entre

professores e estudantes. (DOHMEM, 1967 *apud* VEIGA *et al*, 1998, p. 3)

educação/ensino à distância (Fernunterricht) é um método racional de compartilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, bem como pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. (PETERS, 1973 *apud* VEIGA *et al*, 1998, p. 4)

EaD pode ser definida como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. A comunicação professor aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros. (MOORE, 1973 *apud* VEIGA *et al*, 1998, p. 4)

o termo “educação à distância” refere-se a várias formas de estudo, de vários níveis, que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação à distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino. (HOLBERG, 1977 *apud* VEIGA *et al*, 1998, p. 4)

Podemos constatar, diante da bibliografia, que a Educação à Distância se configura como campo de estudo e de atuação amplo e possuidor de potencialidades frente à diversos desafios da Educação atual.

2.4. A Educação à Distância na Universidade Federal do Paraná

A Universidade Federal do Paraná possui suas atividades relacionadas a Educação a Distância amparadas por resoluções elaboradas e aprovadas pela Coordenadoria de Integração de Políticas e Educação a Distância da UFPR (CIPEAD).

De acordo com a Resolução 08/03-COUN, a CIPEAD tem como objetivos:

democratizar o conhecimento científico para as diferentes camadas sociais; proporcionar emancipação coletiva e oportunizar o acesso ao saber acadêmico, visando à redução das desigualdades sociais; acelerar o desenvolvimento humano, individual e coletivo, reduzindo o nível de desqualificação profissional; favorecer a melhoria da qualidade de vida a uma parcela maior da população. (UFPR/COUN, 2003, p. 1)

As iniciativas de Educação a Distância na UFPR são amparadas pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que determina no Artigo 1º. que a educação a distância se constitui em uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

O Núcleo de Educação a Distância - NEAD, foi institucionalizado pela Resolução nº 02 de 25 de fevereiro de 1999/COUN. Está vinculada a Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, e teve seu nome alterado para Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância – CIPEAD, com a competência para implementar políticas e diretrizes de Educação a Distância estabelecidas no âmbito da UFPR.

O CIPEAD assume como atribuições principais assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EAD, mediante a articulação contínua com todos os Setores da UFPR, oferecer cursos e/ou atividades formativas de graduação e de Pós-Graduação lato sensu; e Cursos

Sequenciais, Pós-Médio e de Extensão, bem como qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EAD (CIPEAD, 2013).

A Resolução nº. 28/08 – CEPE, que fixa normas básicas de controle e registro da atividade acadêmica dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização na modalidade de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná. A Resolução nº. 83/08 – CEPE, que aprova as normas básicas da atividade acadêmica dos Cursos de Graduação na modalidade de Educação à Distância da Universidade Federal do Paraná. A resolução nº. 08/03 – COUN, que estabelece o Regimento Interno da Coordenadoria de Integração de Políticas e Educação a Distância - CIPEAD (Antigo NEAD) da Universidade Federal do Paraná.

Junto ao Ministério da Educação, as ações de EaD da UFPR são amparadas pelo despacho do Ministro da Educação publicado no Diário Oficial da União de 05/05/2000, e por meio da Portaria MEC 576, publicada no Diário Oficial da União de 05/05/2000. Este processo teve como assunto o “Credenciamento da Universidade Federal do Paraná para a oferta de cursos à distância na graduação e educação profissional”, tendo como relator o conselheiro José Carlos Almeida da Silva, sendo os processos de número nº. 23000.001061/99-11 e 23000.001063/99-47 aprovados pelo parecer número CES 358/2000, aprovado em 5 de Abril de 2000.

O parecer CNE/CES nº 238/2010 do Conselho Nacional de Educação teve como finalidade o credenciamento da Universidade Federal do Paraná, permitindo a oferta de cursos superiores na modalidade EaD. Por ser uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o credenciamento deve ser realizado de 5 em 5 anos, sendo o credenciamento ocorrido em 2000 (Parecer CNE/CES 576/2000) e os recadastramentos ocorridos em 2005 (Portaria Recredenciamento nº. 552/2005 de 25/02/2005) e em 2010 (parecer CNE/CES nº. 238/2010).

3. PASSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa busca fundamentar-se na visão dialética de construção do saber, por compreender que as contradições entre os elementos observados e estudados pela ciência se transcendem, originando, com isso, novas contradições e problemas de pesquisa. Este método dialético pressupõe que a realidade deve ser interpretada perante seu contexto social, político, histórico, econômico, dentre outras esferas da realidade (GIL, 1999; MARCONI, LAKATOS; 1990).

Perante a proposta de investigação de temas correlatos à formação de professores e a modalidade de educação à distância, a pesquisa se configura, do ponto de vista da sua natureza, como uma pesquisa básica (GIL, 1991), que objetiva a compilação e a comparação de informações sobre os temas selecionados de problemas universais. Do ponto de vista da abordagem do problema de pesquisa, segundo a classificação de Gil (1991), a presente pesquisa se enquadrará no conjunto da pesquisa qualitativa. Esta classe de pesquisa busca a compreensão da relação entre o mundo real e o sujeito, pressupondo o vínculo entre o mundo e a subjetividade do sujeito que não são possíveis de se retratar de forma numérico-matemática. Ainda segundo Gil (*op. cit.*), o investigador é um elemento chave na interpretação do quadro estudado. A busca de compreensão do processo e do significado deste é a principal busca dos estudos que se utilizam desta abordagem do problema de pesquisa. Quanto aos seus objetivos, a presente pesquisa se configura enquanto uma pesquisa descritiva, pois busca descrever as características de determinado fenômeno ou processo e a identificação e o apontamento de relações entre os elementos componentes deste quadro ou processo. A pesquisa neste formato, quanto à seus objetivos, exige a utilização de técnicas de pesquisa que apresentem padronização na obtenção dos dados. E do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, segundo a classificação de Gil (*op. cit.*), a presente pesquisa assume-se enquanto uma pesquisa

bibliográfica, pois buscará as informações para sua construção na compilação de parte da produção bibliográfica já produzida e publicada sobre o tema selecionado, bem como de seus temas correlatos.

A seleção das publicações utilizadas para compor o conjunto desta revisão bibliográfica ocorreu nos bancos de dados disponíveis na internet. Esta forma de seleção e acesso aos materiais bibliográficos se embasam no fato das principais publicações científicas estarem já publicadas na rede internacional de computadores, exigindo a seleção dentre as publicações com embasamento científico das publicações sobre o tema que não possuem tal pré-requisito. Para o acesso, utilizou-se o buscador Google Acadêmico (disponível em <<http://scholar.google.com.br/>>), que, segundo o próprio buscador:

“fornece uma maneira simples de pesquisar literatura acadêmica de forma abrangente (... incluindo...) artigos revisados por especialistas (peer-reviewed), teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.” (GOOGLE, 2013²)

Considerando a relevância científica e a indexação das principais publicações científicas brasileiras, as buscas neste banco de dados seguiu o critério de seleção com os seguintes descritores booleanos:

<p>Formação AND professores AND distância; Formação AND professores AND inicial AND distância; Formação AND professores AND ead; Formação AND docente AND distância; Formação AND docente AND inicial AND distância; Formação AND docente AND ead.</p>

Quadro 1 – Descritores booleanos utilizados na busca no banco de dados Scielo.

Na construção do referencial teórico, nos materiais selecionados foram valorizados os que foram publicados em formato de artigo em revista científica de renome e em eventos científicos de renome específicos sobre o tema. Esta

²Disponível em <http://scholar.google.com.br/intl/pt-BR/scholar/about.html>, acesso em 14 de Maio de 2013.

medida baseia-se no fato de que as publicações sobre a Educação à Distância necessitam de frequente atualização, face aos desdobramentos cada vez mais velozes que esta modalidade de ensino apresenta atualmente, e também pelo fato de que estes artigos tratam de especificidades do tema a ser tratado que os livros podem não apresentar neste momento, embora os livros não tenham sido excluídos de nosso material de embasamentos para esta pesquisa.

4. ASPECTOS ATUAIS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

De acordo com a seleção de materiais cuja metodologia já foi exposta no capítulo anterior, a educação à distância e a formação inicial de docentes no Brasil foi o tema privilegiado na busca. Mesmo assim, grande número de publicações com temas correlatos foram encontrados, como formação continuada de professores em EaD, Arquitetura dos cursos de EaD, Modelos dos programas em EaD, entre outros. Mesmo considerando estes temas extremamente importantes para o objeto de pesquisa e a formação enquanto pesquisador, estes foram colocados em segundo plano, pois a grande quantidade de publicações que privilegiam este tema iriam desfigurar esta pesquisa enquanto uma monografia de curso de especialização, face à profundidade de relações entre os temas.

Mesmo nas publicações restritas ao tema “formação inicial docente por meio da EaD”, uma grande gama de temas surgiram, evidenciando a riqueza de aspectos existentes sobre o tema, bem como a necessidade de implantarmos, pesquisarmos e refletirmos sobre as características da Educação à Distância enquanto modalidade de Ensino Superior, e ainda mais esta modalidade implantada nos cursos de formação inicial de professores para o Ensino Básico.

Esta amplitude de temas nos obrigou à planejarmos uma sequência de temas estruturantes, para que a apresentação destes resultados não parecesse como um explicação amontoada e sem lógica de pareceres e citações. Mesmo com este cuidado, as temáticas aqui apresentadas não seguem uma sequência lógica, e nem por qualquer tipo de ordem, seja esta de importância ou de qualquer outro critério.

Dentro desta estruturação, alguns pontos apareceram de forma recorrente, demonstrando sua pertinência frente à discussão da Educação à

Distância no contexto educacional. São estas: a Educação à Distância perante suas especificidades epistemológicas, técnicas e pragmáticas; a Educação à Distância associada à precarização do processo educacional; a Educação à Distância enquanto foco de políticas públicas e crescimento da iniciativa privada; e por último, a relação direta entre a Educação à Distância e a formação inicial de licenciados do Brasil.

Quanto à Educação à Distância perante suas especificidades epistemológicas, técnicas e pragmáticas, quase que a totalidade das publicações que discutem a Educação à Distância situam as particularidades desta forma de ensino-aprendizagem, que se caracterizam principalmente pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), que possibilitam o processo de ensino-aprendizagem em contextos de fragmentação localizacional entre docentes e discentes, além de possibilitar contatos síncronos (ao mesmo tempo) e assíncronos (com a interação entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na EAD ocorrendo em tempos diferentes, sem que estes necessitem estarem conectados obrigatoriamente sempre ao mesmo tempo).

Para Pinov (2008), a utilização das TIC's na EAD tem como pressuposto a sua importância no desenvolvimento social e econômico das sociedades, mais especificamente nos campos da produção científica, artística e da organização da vida social. Com isso, a inserção das TIC's no ensino formal acompanha um processo que já ocorre em várias outras esferas do cotidiano de grande parte das pessoas.

Ainda Pinov (op cit) nos traz que, com a maior utilização dos TIC's no cotidiano, surgem grupos que podem ser designados enquanto “desescolarizadores”, pois

...anunciando o fim da escola como instituição “tradicional”, descortinam um novo cenário escolar, sob a perspectiva de que as tecnologias o transformarão e surgirá uma nova educação, a do futuro: a educação a distância, com as

tecnologias e suas potencialidades no ensino, na concepção da sociedade do conhecimento e da informação, que caracteriza a sociedade das redes. Essa dimensão aponta a educação conformando-se às TIC. (PINOV, 2008, p. 7)

É evidente que a configuração de uma nova estrutura escolar, totalmente descolada da anterior, chamada de 'tradicional', dificilmente ocorrerá de forma instantânea, pois os processos não se mostram tão rápidos como se poderia imaginar, e também porque a estrutura escolar atual, apesar de seus aspectos que necessitam de melhora urgente, apresenta aspectos positivos, ainda que seja quase que um consenso que estes podem e devem ser melhorados.

Para Gomes e Caldeira (2005), as TIC's permitem diversificar as modalidades de formação presencial e a distância. E esta forma de trabalho é utilizada por grande número de instituições de ensino que utilizam a EAD, intercalando aulas e encontros presenciais com aulas e procedimentos educacionais virtuais.

Para estes autores o uso das TIC's na escola :

...tem evidenciado a necessidade de repensar questões relacionadas com a aprendizagem e com a prática do professor nomeadamente, como integrar as diferentes tecnologias numa perspectiva didáctica. As TIC permitem o acesso a materiais didácticos e a especialistas de determinadas matérias, independentemente da hora e lugar, facilitando a actualização de professores. Neste sentido, o professor terá de assumir uma postura de aprendente que partilha com os seus pares, com os alunos e com a comunidade em geral a busca de saberes através de redes de conhecimentos. (GOMES e CALDEIRA, 2005, p. 5)

Para estes autores, os modelos de EAD são produtivas, pois desenvolve de forma intensa as capacidades reflexivas por parte dos seus utilizadores, relativamente aos modelos tradicionais. Acrescentam que a reflexão que estes modelos exigem levam ao sucesso do esquema de formação.

Já Sartori (2005) nos traz o esclarecimento de que a existência das TIC's nas estruturas educacionais dos cursos que utilizam a EAD não é garantia de interação em níveis aceitáveis, pois

A pertinência do problema reside na desmistificação da tecnologia como responsável pela interatividade de um projeto, uma vez que uma determinada tecnologia permite - ou possibilita -, vários modos de interação ou apresenta limites que podem ser compensados pelo uso integrado de diversas mídias e oferta de um sistema de tutoria. Em outras palavras, a interatividade não é uma função direta da tecnologia utilizada em um curso a distância, mas do modo de interação previsto no seu desenho pedagógico. (SARTORI, 2005, p. 8)

Com isso temos que a utilização dos recursos tecnológicos não substituem a preocupação com os pressupostos pedagógicos do curso. A implantação de tecnologia de comunicação nunca substituirá a necessidade de pedagogos e licenciados na gestão do processo educativo, sob a pena da proposta pedagógica deixar de existir frente à simples implantação de canais de comunicação entre alunos e/ou alunos e docentes.

A utilização dos recursos tecnológicos na EAD é um pressuposto, uma necessidade, pois devemos encontrar instrumentos para sanar a distância física e a assincronicidade dos contatos entre discentes e docentes e docentes. Porém a inserção da tecnologia não substitui a preocupação pedagógica. Desta última, surge a necessidade dos profissionais da educação

assumirem a EAD enquanto campo de trabalho e pesquisa, para que os pontos da EAD que necessitam evolução a tenham partindo do questionamento de quem vive e trabalha a EAD, para que surja as demandas de pesquisa e aprimoramento no próprio trabalho pedagógico.

No cenário atual brasileiro, diferentes setores apontam a Educação Brasileira como uma área estratégica para o desenvolvimento social e econômico, porém que esta não recebe os investimentos necessários para atuar enquanto elemento contribuidor com o crescimento nacional e a emancipação dos indivíduos. A Educação à Distância é apontada por grande número de autores como inserida dentro deste cenário de precarização do ensino brasileiro, sendo a EAD como um dos fatores de precarização deste.

Para representar este discurso coletivo, algumas publicações expostas aqui demonstrarão que a implantação da EAD não é sinônimo de precarização do ensino, mas que a forma que a EAD é proposta por instituições públicas e particulares a colocam em situação de fragilidade, devido principalmente à descaracterização de suas estruturas didáticas, e à fragilização de suas operacionalidades.

Inicialmente, nos aponta Oliveira (2006) que,

...o movimento histórico da constituição da experiência em formação a distância no Brasil, indica para o afinamento da institucionalização da Educação a Distância, associada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com as demandas do modelo de produção industrial, seja ele fordista, neo-fordista ou pós-fordista. Pois, a EaD está associada a uma idéia de Educação de baixo custo, capaz de atingir a grandes massas de estudante (OLIVEIRA, 2006, p. 16)

Em relatório de pesquisa, Silva et al (2012) nos apontam que existem problemas na formação dos grupos de trabalho, entre os gestores da EAD, pois:

as concepções de EaD reforçam a manutenção dos princípios da racionalidade do capital e contribuem para a intensificação da precarização da formação e do trabalho docente, quando, dentre outras medidas, implementa a substituição de professores na EaD por tutores, agregando a redução de remuneração com base nos termos da alta flexibilização e da rotatividade no mercado de trabalho (SILVA et al, 2012, p. 3)

Este ponto apontado pela equipe elaboradora do relatório nos demonstra que a EAD acaba sofrendo com as iniciativas de simplificar a estrutura educacional em vantagem da redução de gastos e aumento dos lucros. Ainda neste aspecto, Silva et al (2012) acrescentam que:

a educação passa a cumprir um destacado papel de acumulação do capital diante de intensa mercantilização da educação, como no caso do ensino superior brasileiro, majoritariamente posto nas mãos da iniciativa privada que avança as suas fronteiras com a oferta da EaD. Desse modo, ao lado da educação convencional, na forma presencial já atraindo grandes somas de capital, desponta a EaD, como um nicho de lucros exorbitantes, ocupando, hoje, papel central nas políticas educacionais do Brasil, sobretudo no que tange à formação docente. (SILVA et all, 2012, p. 4)

Destacando o aspecto mercadológico da EAD, os autores acrescentam que:

...a inflexão da EaD não mais se coloca como uma opção de acesso a algum tipo de educação, mas um bem ou serviço a ser disputado no mercado, ou, ainda, a única modalidade de ensino público ofertado às populações mais pobres da sociedade cujo acesso ao ensino superior se dá por intermédio do Sistema UAB. (SILVA et al, 2012, p. 4)

Temos as evidências de que a oportunidade de utilização da EAD para a ampliação de mercado de instituições de ensino à custo da fragilização do processo de ensino aprendizagem realmente existe enquanto possibilidade concreta, e que muitas instituições assim o fazem. Porém este cenário não coloca em esquecimento as possibilidades da EAD enquanto processo educacional diferenciado e específico para situações especiais, em que populações esparsas tem na EAD a possibilidade de escolarização com qualidade e seriedade, com foco no ensino-aprendizagem de qualidade, e não só com as preocupações nos índices de escolarização e/ou com lucro na atividade educacional.

Os autores aqui citados (SILVA et all, 2012) apontam que:

...as críticas assumidas na pesquisa aqui relatada não pretende desqualificar a força histórica representada pelo desenvolvimento tecnológico. Visa, sim, contribuir para o avanço da reflexão crítica fundamentalmente a respeito da substituição do ensino presencial, mesmo com suas incomensuráveis debilidades, por uma prática que, em última análise, articula o isolamento entre a classe trabalhadora e o conhecimento, o que reverbera severamente no plano da formação e da

prática docente (SILVA et all, 2012, p. 7)

Compartilhamos com grande parte destas críticas, porém sentimos a necessidade de apontar que esta utilização da EAD associada à fragilização do trabalho docente, a descaracterização do processo de ensino-aprendizagem ocorre, mas não na totalidade das propostas de EAD. As propostas de Ensino a Distância apresentam-se complexas e diversificadas sendo que algumas destas valorizam o âmbito acadêmico e pedagógico de suas experiências, utilizando-as no caminho da reflexão e da reconstrução de suas propostas de EAD.

Já Lappa e Pretto (2010) nos apontam o perigo da expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pois esta expansão ocorre com base na padronização do trabalho docente, valorizando uma educação em massa, a redução do trabalho docente, bem como a participação das universidades condicionada “...à adesão a essa política nacional, a qual direciona a discussão dos projetos político-pedagógicos dos cursos a partir de regras impostas pelas planilhas orçamentárias”.

Do ponto de vista do vínculo dos profissionais de educação a esta proposta, ocorrem a fragilização da ligação laboral, negando à estes profissionais o vínculo empregatício para fornecer como única ligação a figura de bolsista, que segundo os autores não tem “...direito a uma declaração do trabalho que realizam como professores, devido à possível consolidação de vínculos empregatícios não desejados.”

Esta precarização atinge outros fatores, como a baixa remuneração, que resulta na exclusão de profissionais qualificados, bem como na falta de reconhecimento profissional para estas funções.

Os mesmos autores apontam ainda que na EAD temos a racionalidade administrativa substituindo a preocupação pedagógica, e que esta

substituição tem como intenção “...tratá-la [a educação] como um negócio no lugar de considerá-la um direito do cidadão”. (LAPPA e PRETTO, 2010, p. 13)

A expansão da Educação à Distância segue embasada em elementos já citados nesta compilação, como a possibilidade de expansão à baixo custo. Porém alguns outros elementos envolvem esta proposta de expansão.

O texto de Barreto (2010) aponta que as estratégias de regulação para a expansão das propostas de formação de professores no Brasil ocorrem perante a análise de pressupostos da implementação da EAD nesta formação de docentes para o Ensino Básico, as análises de possibilidade, buscando plena operacionalização das propostas frente aos desafios encontrados, a identificação e construção dos marcos regulatórios, a própria EAD como fonte principal de formação de docentes, fato este encontrado nas pesquisas e censos educacionais atuais, e por último a substituição tecnológica para a compreensão das políticas atuais de expansão da formação de professores via EAD.

Para Giolo (2010), a expansão da educação superior, bem como a aplicação desta para a formação de professores ocorre com três grandes tensionamentos: o ensino superior privado prevalecendo sobre o ensino superior público no que se refere aos números da expansão, a discussão da qualidade entre o ensino superior presencial e as propostas de Educação a Distância, e por último o modelo da EAD à ser utilizado nas propostas de cursos à distância.

Para o autor a expansão da Educação a distância que ocorreu após a implementação da LDB de 1996 teve como a:

flexibilização foi, pois, a palavra de ordem. Por meio dela, os currículos foram diversificados e enxugados; novos cursos mais breves, baratos e alinhados com as demandas imediatas e locais da clientela (os tecnológicos, especialmente) foram criados; e novas modalidades começaram a ser experimentadas (a EaD, sobretudo). A

expansão privada da educação a distância precisa ser observada nesse contexto, pois, em essência, consiste numa estratégia de conquista de mercado. (GIOLO, 2010, p. 13)

Desta forma, percebe-se que a iniciativa privada, ao possuir maior agilidade de gestão e reconfiguração operacional, sai em vantagem sobre a estrutura mais lenta das instituições públicas. A agilidade na formação trás a preferência para cursos mais rápidos, de menor carga horária. O menor tempo de formação é compensada por uma formação mais 'pragmática', mais 'prática', mais 'voltada ao mercado de trabalho', ao 'campo de atuação'. Muitas vezes os discentes destes cursos são professores que já lecionam no Ensino Básico, mas sem a formação agora exigida.

Esta grande quantidade de docentes do Ensino Básico que não possuem a formação exigida pela nova LDB são os principais matriculados nos novos cursos de licenciaturas. Ainda para Giolo (op cit):

Havia um exército de professores sem formação adequada, especialmente os que atuavam em lugares tradicionalmente esquecidos pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento econômico. Como atingi-los rápida e massivamente? (GIOLO, 2010, p. 15)

Para ampliar o seu mercado, a iniciativa privada privilegiou justamente a área de formação de professores, principalmente nos cursos de Pedagogia e de Normal Superior.

A iniciativa privada passa à se posicionar como grande articuladora da EAD no Brasil, e na Assembleia Geral da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), realizada em 1996, foi elaborada e aprovada a 'I Epístola

de São Paulo sobre Educação a Distância'. Neste texto temos a recomendação 3 que trás a:

... necessidade de se criar uma boa articulação, junto às autoridades educacionais, com vistas a: a) eliminar as restrições hoje existentes em relação à educação a distância, que deve receber o mesmo tratamento dispensado ao ensino presencial; b) desenvolver programas de educação a distância em nível regional e nacional sem a obrigatoriedade de prévia autorização dos sistemas de ensino dos estados; c) assessorar o Congresso Nacional, os conselhos estaduais de Educação e o CONSED – Conselho de Secretários Estaduais de Educação, na tarefa de regulamentar a educação a distância. (ABED, 2006, p. 4)

Com isso, a formação de professores, associada à grande demanda de formação de professores para o Ensino Básico, insere a iniciativa privada como um dos maiores atores na discussão nacional desta modalidade de ensino. A luta pela ampliação da EAD ocorre perante os marcos regulatórios de implementação e gestão destas propostas de curso. Muitas das unidades proponentes acusam o Ministério da Educação à oferecer à estas novas propostas uma 'camisa de força', pois a regulamentação não acompanha a agilidade desejada pela iniciativa privada no lançamento e certificação dos novos cursos.

Um estranho aspecto da relação das esferas público e privada ocorre com as parcerias público-privadas. Gioto (2010) nos aponta que:

O universo privado passou a exercer uma extraordinária sedução sobre o setor público, sobretudo quando a

política educacional brasileira optou por incentivar parcerias público-privadas e sugerir às (quase a exigir das) instituições de educação superior a captação de recursos externos, por meio de projetos de pesquisa, desenvolvimento, extensão etc. (...) O efeito mais expressivo dessa política foi, certamente, a montagem de uma malha de fundações privadas que circunscreveram completamente as principais universidades públicas brasileiras. (...) a administração privada de recursos públicos que essas fundações amealham, por meio de convênios ou contratos (muitos obtidos por dispensa de licitação) feitos com órgãos do Estado. (GIOLO, 2010, p. 15)

Percebe-se que a solução parcial das parcerias público-privadas objetiva, de certa forma, permitir e operacionalizar propostas nascidas e geradas na esfera pública, mas que possui determinadas características da iniciativa privada. O custeio dos cursos desta forma aponta um enlace de interesses entre estas duas esferas, embora muitas de suas características não possam ser fundidas e/ou mescladas, devido à natureza organizacional e aos objetivos diversos destas. Mas temos com estas iniciativas a evidência da pluralidade de instituições e atores que possuem interesse e acreditam na Educação à Distância como modalidade que muito tem à acrescentar no presente quadro educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios educacional brasileiros inserem-se em um cenário complexo, em que diferentes atores e instituições possuem interesses, sejam estes econômicos, formativos, mercadológicos e/ou sociais. A inserção da Educação a Distância é motivada pelas grandes alterações tecnológicas vividas nas últimas décadas, que permitem a ampliação de acesso à informações e ao melhor contato entre pessoas e instituições, mesmo em locais diferentes e distantes.

A necessidade de ampliação na formação de professores para a Educação de nível Básico no Brasil tem nas propostas de Educação a Distância um aliado, pois a grande quantidade de docentes do Ensino Básico que encontram-se trabalhando em sala de aula e que não possuem a formação acadêmica hora exigida estão nos locais em que o ensino universitário presencial possui dificuldades em chegar.

A ampliação da formação de professores e a ampliação da Educação à Distância apresentam características em comum, levando estes dois processos à se aproximarem. Porém temos que o desafio da qualidade destas propostas de cursos superiores é questão de primeira importância, pois na discussão da qualidade do ensino, embora não tenhamos pesquisas que apontem de forma convincente a superioridade de uma das modalidades sobre a outra (presencial e a distância), temos a necessidade de colocar para a Educação a Distância a necessidade de profundas e permanentes análises sobre a qualidade do ensino oferecido, pelos motivos da EaD ser novidade para a formação acadêmica no Brasil, sendo que temos muito ainda à melhorar, por causa da ausência de formação de professores PARA a atuação na EaD, e por causa da facilidade de desconfigurarmos a instância de ensino-aprendizagem em um ambiente virtual caso os envolvidos não dominem amplamente as técnicas educativas que a proposta de EaD exige.

REFERÊNCIAS

ABED. **I Epístola de São Paulo sobre Educação a Distância**, aprovada pela Assembléia Geral da ABED, em 16 de maio de 1996. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/abed.asp>. Acesso em 19 de Março de 2013

ARETIO, Lorenzo García. **La Educación a distância: de la teoría a la práctica**. Barcelona: Ariel, 2001.

BARRETO, Lina Sandra. **Educação a Distância: perspectiva histórica**. Disponível em: www.abmes.org.br/Publicacoes/26/lina.htm. Acesso em 21 de fevereiro de 2013, as 17:48

BARRETO, Raquel Goulart. **A formação de professores à distância como estratégia de expansão do Ensino Superior**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, 2010.

BRASIL. **Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm. Acesso em 16 de Março de 2013.

CIPEAD/UFPR, **Caderno CIPEAD**. Disponível em <http://www.cipead.ufpr.br/files/tutorial/caderno%20cipead%20nov%202012.pdf>, Acesso em 23 de Março de 2013, as 11:23.

DANSKI, Mitzzy Tannia Reichembach; MAFTUM, Mariluci Alves. Fundamentos da Educação a distância. In.: LIBLIK, Ana Maria; PINHEIRO, Marta (orgs.) **Educação Integral e Integrada: no contexto da educação a distância**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed.-São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOLO, Jaime. **Educação a distância: tensões entre o público e o privado**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, 2010.

GOOGLE, **Expõem as características de funcionamento do provedor de buscas Google Acadêmico**. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/intl/pt-BR/scholar/about.html>, acesso em 14 de Maio de 2013.

GOMES, C. João; CALDEIRA, Helena. **As TIC na formação de professores para um maior desenvolvimento de atitudes reflexivas.** Anais do 'VII Congreso del Enseñanza de las Ciencias', 2005. Número Extra. Disponível em http://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2005nEXTRA/edlc_a2005nEXTRAp315ticfor.pdf . Acesso em 10 de junho de 2013.

LAPPA, Andrea; PRETTO, Nelson De Luca. **Educação a distância e precarização do trabalho docente.** Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1792/1355> . Acesso em 18 de Junho de 2013

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: Uma visão integrada.** Tradução por Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. **O que é Educação a Distância?** São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>. Acesso em 22 de Março de 2013, as 10:21.

OLIVEIRA, Gleyva Maria Simões de. **A educação a distância no contexto educacional brasileiro.** Cuiabá: NEaD/UFMT, 2006. Disponível em http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/EaD_contexto_educacional.pdf . Acesso em 21 de fevereiro de 2013, as 18:35

PINOV, Ivany. **As TIC na formação a distância: reflexões contemporâneas.** Retratos da Escola vol. 2, n. 2/3 (2008) Disponível em <http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/128/231>. Acesso em 13 de Junho de 2013.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. Educação a Distância nas instituições de Educação Superior: análise de tendências para a Educação Superior no Brasil. In: Maria Amélia Sabbag Zainko. (Org.). **Cadernos do Professor: Formação de Professor e Educação Superior.** 1ª ed. Curitiba: PROGRAD/UFPR, 2009.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a Distância no Brasil: lições da história.** Em Aberto, Brasília, ano 16, n. 70, abr./jun.

SARTORI, Ademilde Silveira. **A interlocução entre o desenho pedagógico e as TIC na modalidade educacional a distância.** Anais do V Encontro de

Núcleos de Pesquisa. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149068649018782956470519144696321131194.pdf>. Acesso em 4 de junho de 2013.

SILVA, Solonildo Almeida da; SILVA, Simone Cesar da; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **Educação à distância e precarização do trabalho docente**. Revista Eletrônica Arma Da Crítica. Número 4/Dezembro 2012. Disponível em http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/relatorio_20131.pdf . Acesso em 3 de Maio de 2013.

UNIIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução 08/03-COUN**. . Disponível em www.ufpr.br/soc. Acesso em 12 de Julho de 2013.

VEIGA, Ricardo Teixeira; MOURA, Alexandre Inácio de; GONÇALVES, Carlos Alberto; BARBOSA, Francisco Vidal. **O Ensino à Distância pela Internet: Conceito e Proposta de Avaliação**. 1998. Disponível em <http://www.cpdee.ufmg.br/~renato/ProjetodeEnsino/PE97b-CursodeLinguagemC/ArtigoBasEaDoNoCursoDeCenanpad1998-ai-16.pdf>. Acesso em 21 de Fevereiro, as 10:28